

## AS TRADIÇÕES DO FUTURO\*

### Política cultural em Santa Catarina nas décadas de 1960 a 1980

Thiago Juliano Sayão

O presente trabalho busca colocar a "cultura" no centro de um debate, onde estão em jogo disputas simbólicas em torno da identidade 'catarinense'. Sem considerar as práticas sociais e discursivas como ambíguas, elegemos as práticas simbólicas como construtoras das ações, e, por tanto, indispensáveis numa análise social mais ampla, que envolve, aqui, especificamente, as políticas culturais em Santa Catarina das décadas de 1960 a 80.

Considero este trabalho uma forma de expor algumas interpretações, ou melhor, re-interpretações a cerca de um período mais recente da história de Santa Catarina ainda pouco abordado pelos historiadores. Desta maneira este texto apresenta-se como um discurso atravessado por outros tantos, que, ao contrário de encerrar o assunto, coloca-se nos debates contemporâneos sobre identidade, vindo a somar-se às discussões a cerca das políticas públicas e as conseqüentes relações de poder em Santa Catarina.

Entende-se política cultural como um programa de intervenções realizadas por sujeitos representantes do Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, que procuram atender por meio de difusão de uma certa cultura um determinado público. Porém este trabalho procura se concentrar em produções discursivas de determinados intelectuais (professores universitários; escritores e artistas) ligados ao governo estadual do período (Celso Ramos – 1961 a 1966; Ivo Silveira – 1966 a 1971; Colombo Machado Salles – 1971 a 1975; Antônio Carlos Konder Reis – 1975 a 1979; Jorge Bornhausen – 1979 a 1982; Henrique Córdoba – 1982 a 1983; e, Esperidião Amim – 1983 a 1987), que estão em sintonia com as esferas institucionais de poder. Estes intelectuais nomeados por Osvaldo Ferreira de Melo – este, durante o governo de Celso Ramos exerceu as funções de presidente do Conselho Estadual de Educação e Assessor de Educação do primeiro Plano de Metas – de “intelectuais funcionais” em oposição aos considerados por ele como “eruditos”. Os eruditos seriam “pessoas e grupos situados nas elites econômicas e políticas”, que “procuram afastar dos sistemas dominantes os intelectuais que sejam atuantes no seu empenho humanista”. Assim Osvaldo de Melo se denomina um intelectual humanista e “funcional” que tem como missão social levar conhecimento da civilização ao “povo”. “O intelectual consciente da importância de sua função social está em vigília permanente e junta a seus princípios liberais a preocupação com o bem comum, com a elevação das massas, como os rumos do processo de desenvolvimento”. E, completa, “não pode desconhecer toda a herança civilizatória de que será transmissor”, este intelectual “utilizará sua autoridade e sua força fecundadora para a arquitetura de uma ordem social mais justa”.<sup>1</sup>

Como aponta Norberto Bobbio, definir os intelectuais como um grupo homogêneo é um equívoco, “os intelectuais jamais são, salvo nas sociedades teocráticas, os depositários de um único corpo de doutrinas: segundo as idéias que sustentam e pelas quais se batem, são progressistas ou conservadores, radicais ou reacionários”<sup>2</sup>, porém, seja qual for sua posição ideológica, um intelectual é “alguém que não faz coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas idéias”<sup>3</sup>. Sirinelli, por sua vez, alarga a fronteira conceitual de tal categoria, estabelecendo “duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”<sup>4</sup>.

Portanto, dentre os grupos de intelectuais, os conservadores ou progressistas, de esquerda ou de direita, os que aqui nos interessa é aquele que está intimamente ligado ao poder institucional, criador e “mediador” cultural, representado por instituições oficiais que a partir da década de 1960 engendraram uma identidade cultural, baseada na

noção das origens do povo catarinense, ao mesmo tempo em que projetavam um ideal de futuro para o Estado. Estes eram então, pela classificação de Osvaldo de Melo, “funcionais”, pois se distinguiam dos “eruditos” por pensarem soluções práticas às ações desenvolvimentistas. Mas será que a divergência entre “funcionais” e “eruditos” se resume ao caráter funcional das idéias ou nos descortina uma disputa discursiva, portanto política e cultural? Que relações de poder estão sendo colocadas? Estas questões permeiam a pesquisa que ainda está em andamento e não pretendo responde-las neste texto, apenas apontar algumas problemáticas que envolvem as políticas culturais e os jogos simbólicos de poder do período.

Sem pretender elaborar uma história da política cultural, nem tão pouco de estabelecer ‘verdades’ ou mesmo de apresentar um projeto de política cultural, buscamos levantar alguns pontos para um debate a cerca das relações entre a produção cultural e o exercício político. Que pressupõe a atuação de sujeitos que pensem a cultura neste momento histórico específico, onde emerge uma preocupação com o desenvolvimento e a integração regional de Santa Catarina.

Duas palavras norteiam esta pesquisa: tradição (enquanto representações de um passado selecionado) e futuro. Termos que podem parecer antagônicos, mas que se entrelaçam nas idéias e nos projetos que certos intelectuais construíram para o Estado de Santa Catarina; noções que ao mesmo tempo encontravam-se intimamente ligadas a um dado presente, onde se mesclava passado e futuro. O passado enquanto tradições ‘revisitadas’ e o futuro enquanto projeto do devir, uma aposta numa pretensa “marcha natural” dos tempos modernos conhecida na década de 1960 como desenvolvimentismo. Na verdade pode-se perceber a presença do pensamento desenvolvimentista na década anterior (1950), todavia foi em 1960 que o governo de Santa Catarina, através de seus representantes autorizados, começou a investir em um projeto de progresso planejado e mais estruturado, com o nome de Plano de Metas do Governo - PLAMEG, ao mesmo tempo em que se problematizava uma certa identidade ao “povo” catarinense.

Estava em jogo não apenas uma disputa econômica, mas uma luta simbólica – dentro da “cultura” – por uma pretensa hegemonia discursiva em torno do homem catarinense, no que se passou a denominar “catarinensismo”. Neste sentido os discursos, enquanto “ritos de instituição” (Bourdieu, 1998), apresentam-se como “locais” de consagração de uma determinada interpretação da história, do folclore, da geografia, da literatura... enfim, de uma gama de dizeres que giram em torno de um regionalismo enaltecido da diversidade e não da diferença.

Segundo Élio Serpa a questão da identidade regional é motivo de preocupação para os intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina desde o começo do século XX, estes pensadores objetivavam, naquele momento, construir uma memória por meio de mitos de origem, heróis e fatos históricos selecionados. Buscava-se traçar a linha progressiva de uma história oficializada por uma instituição dita “científica”, que estaria, por tanto, isenta de qualquer influência ideológica que impedisse a análise objetiva dos fatos. A visão iluminista do IHGSC tentava justificar, segundo Carlos Humberto Corrêa, o presente “através do caminho percorrido do passado; num passado coeso e único, formador de uma mentalidade diferente e progressista, com um destino previamente traçado de linhas inflexivelmente retas”.<sup>5</sup>

Ao se edificar uma história nestes termos a identidade luso-brasileira da população litorânea catarinense passou a ocupar um patamar de legitimidade mais acentuado frente as múltiplas etnias que compunham o quadro territorial local. O fiel da balança pendia para o lado luso de uma cultura multifacetada. Neste sentido, o jogo de poder revela um arranjo hierárquico das culturas nomeadas.

O tom acentuado de uma identidade lusa como base de uma cultura catarinense litorânea volta a tona após a segunda guerra mundial, onde, particularmente, os descendentes de alemães representavam uma ameaça a política de integração nacional implementada no governo de Getúlio Vargas, e, em Santa Catarina, de Nereu Ramos. No Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado em 1948 os luso-brasileiros são nomeados “açorianos”, estes, segundo Serpa foram “tirados do esconderijo da história por Osvaldo Rodrigues Cabral”.<sup>6</sup> Neste momento o açoriano é

“inventado” a fim de se reafirmar a brasilidade do catarinense, afinal, apesar dos guetos étnicos do sul do Brasil – alemães, italianos etc – a base identitária nacional deveria estar calcada nas heranças portuguesas (para Sylvo Romero, intelectual do começo do século XX, citado neste momento histórico, as colônias no sul do Brasil representavam uma barreira a nacionalização).

Assim, determinados intelectuais da elite catarinense (detentora de capital simbólico e econômico) ao mesmo tempo em que tentam construir representações de semelhanças entre Santa Catarina e Brasil, também buscam pontos de diferença, por meio de peculiaridades culturais tidas como regionais, como, por exemplo, as práticas folclóricas locais que passam a fazer parte de pesquisas institucionalizadas – em 1949 após o Primeiro Congresso Catarinense é criada a Sub-Comissão Catarinense de Folclore.

Por outro lado, nos anos 1960 encontramos uma nítida preocupação em se estabelecer políticas públicas de integração regional. O “planejamento cultural” apresenta-se como uma solução à integração social nos Estados modernos “evoluídos”, dentro de um sistema de pensamento humanista. Segundo Osvaldo Ferreira de Melo:

Como instrumento para uma estratégia de controle social, o planejamento é empregado pelo Estado intervencionista com muita ênfase, (...) exatamente enquanto instrumento de controle social, poderá ser o planejamento extremamente útil, se bem conduzido e lubrificado por uma teleologia humanista, até para alcançar a elevação cultural das massas que, ao que pode presumir, irão ganhando novas oportunidades com as metas de desenvolvimento sócio-econômico, geradas pelos mesmos sistemas de impulsos.<sup>7</sup>

Santa Catarina era representado como um espaço dividido e disperso que deveria ser unido, seja por meio dos desenhos e cálculos de engenheiros encarregados de construir pontes, rodovias, escolas etc, seja pelas idéias de intelectuais que viam Santa Catarina como o somatório de diversos grupos étnicos, compositores de uma “alma” catarinense. Surgem então uma série de discursos a cerca da diversidade cultural do Estado, que passa a ser visto neste momento como um arquipélago formado por diversas “ilhas” culturais que, em prol do progresso e o desenvolvimento, deveriam estabelecer pontos de contato umas com as outras. Para isso a capital disporia dos recursos necessários para tal arquitetura da integração, seja, como foi apontado, de caráter físico ou simbólico, o governo de Florianópolis centralizava as decisões e implementava a união das peças de um simplificado “mosaico cultural”<sup>8</sup>, composto de diferentes lugares, de múltiplos fragmentos estilizados pelas sólidas fronteiras discursivamente construídas por sujeitos comprometidos com os ideais desenvolvimentistas do período.

O “catarinensismo” seria a forma de integração imagético-discursiva aos catarinenses nascidos na região.

O catarinense é produto formado da complexidade geográfica deste Estado: tenha ele a resistência física e espiritual do açoriano; a activeza e a engenhosidade do germânico, a catadura e a criatividade do ítalo; a sensibilidade artística do austríaco; a tenacidade e a religiosidade do polonês; o romantismo e imaginação do belga e do francês; a tolerância gigantesca do africano ou (...) a acuidade do índio.<sup>9</sup>

Neste processo de unificação regional, os conflitos, as lutas e disputas são negligenciados para dar vazão ao sentimento de integração e uniformidade, e assim, dentro de um conjunto de discursos harmônicos a cultura é esquadrihada por nomes, datas, fatos e sentidos. Neste contexto o discurso em torno da diversidade ou do “‘multiculturalismo’ é, ao mesmo tempo, um débil conhecimento do fato de que as culturas perderam suas amarras a lugares definidos, e uma tentativa de subsumir essa pluralidade de culturas na moldura de uma identidade nacional”<sup>10</sup>, ou, neste caso, regional.

Desta forma as diferenças são vistas enquanto manifestação da diversidade (no sentido de caldeamento) do “povo” catarinense, onde as desiguais relações de gênero, classe, “raça” etc, são apagadas dos discursos dos ideólogos do desenvolvimentismo do Estado de Santa Catarina.

A política cultural da década de 1960 tinha como meta, entre outras, levar certa cultura às cidades do interior, diga-se de passagem, uma cultura pensada a partir de Florianópolis, centro administrativo do Estado. A capital servia como local estratégico para se pensar a integração do Estado. Os ideólogos das políticas governamentais estavam interessados numa ação que pretendia levar “cultura” às cidades do interior através de uma série de cursos interdisciplinares que se intitularam: “Fundamentos da Cultura Catarinense”.<sup>11</sup> Os ministrantes destes cursos eram intelectuais ligados a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina. Segundo Carlos Humberto Corrêa, diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, em artigo escrito para a *Revista Catarinense*, cerca de 9 mil alunos foram contemplados com os “(...) conhecimentos básicos, porém sólidos, das origens de Santa Catarina, de sua evolução histórica e de seus aspectos econômicos, sociais e culturais (...)”.<sup>12</sup>

Entre as metas dos cursos estava a de ressaltar ao “povo” (neste caso aos alunos) os valores “catarinensistas”. Que, por um lado, começam a ser afirmados, justamente, em contraposição a uma cultura mais cosmopolita, híbrida e cambiante. Tais valores faziam parte de uma cultura ímpar, que procurava definir o “caráter” do ser catarinense. A identidade catarinense passou a ser um problema e precisava de definições mais nítidas. “A necessidade de um maior conhecimento das coisas de Santa Catarina em seus variados aspectos, (...) foi a causa da organização (...) do curso Fundamentos da cultura Catarinense.”<sup>13</sup>

Os centros produtores de conhecimento como a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina hoje conhecida como UDESC, o IHGSC e a Academia Catarinense de Letras criaram narrativas sobre a região, forjando simbolicamente identidades legítimas. Foram centros produtores de textos e imagens que buscavam delinear o local.

As imagens produzidas sobre o Estado buscavam incluir a diversidade, integrar as diferenças culturais, procurando superar as distâncias que separavam o centro administrativo dos municípios mais afastados. “A distância do extremo-oeste do Estado em relação a capital, rumores e movimentos em torno da criação do Estado do Iguaçu, a significação econômica e a mobilização política da região de Chapecó, (...) constituíram-se e “motes” para as preocupações com a escrita da História destas regiões”.<sup>14</sup> Para o historiador Walter Piazza: “os elementos básicos a focalizar são os elementos da integração social e econômica do nosso Estado, dentro do contexto da História do Brasil e dentro do contexto da História Mundial”.<sup>15</sup> A ordem era a unificação da região compreendida como Santa Catarina, sob a coordenação centralizadora da capital, que buscava construir “pontes” unindo as “ilhas” culturais que compunham o Estado catarinense. A região era imaginada como um mosaico, com suas micro-regiões separadas e distintas. A política da década de 1960 dava “os primeiros passos” para uma efetiva integração. “A BR 101 fazendo a ligação norte-sul; a BR 282 fazendo conexão leste-oeste; a Embratel cobrindo todo o Estado através das ondas da TV-Coligadas de Blumenau e da TV-Cultura de Florianópolis, iniciaram o processo de cimentação entre diversas “ilhas”.<sup>16</sup>

Integrar significa construir um mundo simbólico que seja comum a uma dada sociedade, e neste caso significa nomear, identificar o “catarinense”, adjetivando-o, imprimindo valores e influenciando na formação de subjetividades. Segundo Pierre Bourdieu :

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma é uma imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser (ou um dever de ser). *É fazer ver*

a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem que se comportar em função de tal identidade.<sup>17</sup>

Por tanto o ato de identificar é um ato político, que funciona para legitimar e autorizar determinadas ações sociais. A política cultural, desta maneira, apresentava-se como uma problemática central para compreendermos as relações de poder na “modernidade tardia” de sociedades democráticas, onde somente questões econômicas não explicariam os sutis jogos simbólicos de poder. E, para que possamos cortar os nós que atam as amarras da identidade, precisamos mostrar como e quando são forjadas as mesmas; como são construídas e que disputas estão sendo travadas.

Enxergar a “cultura” como algo em transformação constante, resultado não de um somatório harmônico de diversidades, mais de relações de diferenças, de conflitos que podem e devem estar em permanente negociação, pode ser uma saída para o enfrentamento de questões sociais relacionadas a cultura, da mesma forma nos cabe pensar a produção cultural como produção ideológica.

Para nos ajudar nesta empreitada os estudos de sociologia e antropologia mais recentes nos mostram o quanto difícil é determinar a identidade do sujeito “em um mundo de diásporas”, onde são intensos os “fluxos transnacionais de cultura e movimentos em massa de populações”. Por isso, “tentativas antiquadas de mapear o globo como um conjunto de regiões ou berços de cultura são desorientados por uma série estonteante de simulacros pós-coloniais, duplicações e reduplicações (...)”. Desta forma, num “jogo-cultura da diáspora, ficam borradas fronteiras familiares entre o “aqui” e o “lá”, o centro e a periferia, a colônia e a metrópole”.<sup>18</sup>

Por fim propomos uma análise da política cultural para entender os jogos de fundamentação da identidade, e de re-afirmação de uma região que se quer una e distinta.

\* Thiago Juliano Sayão, mestrando pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sob orientação do prof. Dr. Luis Felipe Falcão.

---

<sup>1</sup> MELO, Osvaldo Ferreira de. **Reflexões para uma política de cultura**. Florianópolis : Editora da UFSC, Editora Movimento, 1982. p. 39

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder - dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade**. São Paulo : UNESP, 1997. p.116.

<sup>3</sup> Idem. p.68.

<sup>4</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro : Editora UFRJ e Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 231-269

<sup>5</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. Restauração Republicana e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Diário de Cultura**. 05/nov/1994, p.2.

<sup>6</sup> SERPA, Élio. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.4, n.20, p. 63-79, 1996.

<sup>7</sup> MELO, Osvaldo Ferreira de. **Reflexões para uma política de cultura**. Op. Cit. p.26.

<sup>8</sup> O termo “mosaico cultural” é discutido na dissertação de mestrado em História de Edgar Garcia Junior intitulada: “Práticas regionalizadoras e o ‘mosaico cultural catarinense’”, pela Universidade federal de Santa Catarina, publicado em Florianópolis, 2002. Neste trabalho o autor aponta uma série de ‘traços’ discursivos, onde se pode perceber uma preocupação a cerca do regionalismo e, conseqüentemente, da identidade regional de Santa Catarina. Edgar Garcia Junior recua até meados do século XIX para apontar o pensamento de intelectuais regionalistas a cerca da identidade híbrida brasileira.

<sup>9</sup> JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Catarinensismos**. Florianópolis. UDESC – EDEME, 1974.

<sup>10</sup> GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: espaço, identidade e política da diferença. IN: ARANTES, Antonio A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP : Papirus, 2000. p. 33.

<sup>11</sup> Ministraram aulas: Jaldyr B. Faustino da Silva, Celestino Sachet, Victor Peluzo Junior, Walter F. Piazza, e Paulo F. Lago. O curso promovido pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura foi levado para várias cidades de Santa Catarina, são elas: Blumenau, Joinville, Laguna, Tubarão, Criciúma, Brusque, Lajes, Itajaí, São Joaquim, Orleans, Joaçaba, Concórdia, São Bento do Sul, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste.

<sup>12</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. Terminada mais uma etapa da integração catarinense. **Revista Catarinense dos Municípios**. Ano 2, n.19, 1971.

<sup>13</sup> SILVA, Jaldyr B. Faustino (org.). **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro : LAUDES, 1970. p.7

<sup>14</sup> Idem. p.68.

<sup>15</sup> SILVA, Jaldyr B. Faustino (org.). **Fundamentos da Cultura Catarinense**. P. 27

<sup>16</sup> SILVA, Jaldyr B. Faustino (org.). **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Op. Cit., p. 111.

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. – 2. ed. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 100.

<sup>18</sup> GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Op. Cit. p. 35.